

ATA DA 3ª REUNIÃO DO GRUPO DE APOIO AO CODEFAT

Brasília, 10 de dezembro de 1992

Aos dez (10) dias do mês de dezembro de 1992, às 10:00 hs, no 7º andar do Bl. “C” da Esplanada dos Ministérios, realizou-se a terceira reunião do Grupo de Apoio ao CODEFAT, sob a coordenação do seu Secretário-Executivo, Ricardo Roberto de Araújo Lima. Estiveram presentes os seguintes membros: Joinete Dina de Oliveira de Melo, do BNDES; Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães, da CUT; Alexandre Murado do Nascimento, suplente/MPS; Rodolfo Peres Torelly, do MTb; Sebastião Rodrigues Cabral, da CNC; Patrícia Rebello Massa, suplente/CGT; Willy Fischer, da Força Sindical. Iniciando os trabalhos o Secretário-Executivo informou que aquela reunião seria preparatória para análise do material a ser apresentado ao CODEFAT, submetendo à apreciação dos presentes a ata da 2ª reunião, que foi aprovada na íntegra. Em seguida passou-se para o 2º item da pauta visando analisar a prestação de contas do Seguro-Desemprego, do abono PIS e do abono PASEP – exercício financeiro-1991 – Jan/Dez 91. Pelo Secretário-Executivo, foi esclarecido que se tratava de prestação de contas do ano/91, em virtude da administração anterior não tê-la elaborado em tempo hábil, alertando para os baixos valores, em virtude de se tratar de dados do exercício anterior. O representante do MTb, Rodolfo Torelly, teceu algumas observações sobre a prestação de contas apresentada. O representante da CUT, Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães questionou as tarifas pagas à CEF, tendo o Secretário-Executivo esclarecido que há bons argumentos a favor do não pagamento da tarifa à CEF, argumentando, porém, que só a remuneração dos recursos que ficam depositados na CEF é mais do que suficiente para pagar esta tarifa (5% ao ano) e que se eles estivessem no Banco Central, o rendimento seria menor, ponderando, ainda, que este é um recurso que volta, pois quando tem saldo ele é devolvido ao FAT. Prosseguindo a análise da prestação de contas, o Secretário-Executivo perguntou aos demais se havia alguma dúvida ou alguma restrição. A representante do BNDES, Joinete Dina de Oliveira, argumentou ser difícil manifestar sua opinião, porque o material além de ser muito extenso, havia sido entregue naquele momento, dificultando, assim, qualquer análise mais profunda, solicitando que material desta importância seja entregue com antecedência. O Secretário-Executivo destacou que teriam todo o tempo necessário para analisar e solicitou ao representante do MTb, Sr. Rodolfo Torelly, que fizesse explanação sobre o Seguro-Desemprego tendo o mesmo sanado dúvidas dos integrantes do grupo a respeito da prestação de contas, bem como do funcionamento do Seguro-Desemprego, depois de longa

discussão chegou-se a um consenso, tendo o grupo aprovado as prestações de contas apresentadas. Retomando a pauta, o Secretário-Executivo lembrou aos integrantes do Grupo que na reunião anterior do CODEFAT houve deliberação de que o Grupo de Apoio discutiria os limites a serem gastos pela Secretaria Executiva, para aprovação posterior por aquele Colegiado, o que deveria acontecer naquela reunião. O representante da CUT, Ivan Gonçalves, argumentou que a dúvida é com relação aos gastos com terceiros, alegando que o orçamento era muito aberto, e com relação às despesas de pequeno porte, não havia questionamento. O representante do MTb, Rodolfo Torelly, disse que o maior comprometimento de custo tem sido para com a CEF, e que as prestações de contas têm sido mensais; sendo as faturas emitidas, testadas/conferidas, e após , pagas. Existem outras faturas como DATAMEC, ECT (para pagar e para receber), CEF, custos estes que giram em torno de 3%. O representante da CUT, Ivan Gonçalves, perguntou qual o número de pessoas que estão trabalhando na administração do Seguro-Desemprego. Sendo respondido pelo representante do MTb, Rodolfo Torelly, que na administração global trabalham em torno de 1.200 pessoas entre funcionários e credenciados, e que no Ministério trabalham em torno de 12 a 15 pessoas, o que demonstra ser uma estrutura muito enxuta, e que, para o Abono, existem 4 pessoas trabalhando, até porque o mesmo é gerenciado pela CEF. Pelo mesmo representante, foi informado que existe no MTb, um posto com ligação gratuita para atendimento a todo o país, para sanar dúvidas com relação ao Seguro-Desemprego. Salientou ainda, que o MPS está devolvendo uma mesa que auxiliava no atendimento ao Seguro-Desemprego. Perguntou o representante da CUT qual o tempo médio para se receber o seguro-desemprego tendo sido informado pelo representante do MTb, Rodolfo Torelly, que a Lei determina que seja pago em 30 dias, mas o normal são 45 dias, mesmo porque os lotes são quinzenais. O representante da CUT, indagou, ainda, quais os trabalhadores que demoram a receber até 100 dias. O representante do MTb, alegou não possuir estes dados no momento, prometendo apresentá-los no futuro. O Secretário-Executivo comentou que na administração do Seguro á barata, mas ineficiente e o que se quer é um seguro eficiente. O representante do MPS. Alexandre Murado do Nascimento, perguntou quais os casos em que se recebe o seguro-desemprego entre 45 e 90 dias, e se existe algum dispositivo legal que assegure a manutenção do valor do benefício. O representante do MTb respondeu que o valor é corrigido, tendo-se como indicador o SM e ou IPC. O representante do MPS, perguntou então, caso o seguro venha a ser recebido após 100 dias, como ficará o valor, a que o representante do MTb esclareceu que se o salário mínimo não for modificado o valor continua a ser o mesmo. O Secretário-Executivo, perguntou se poderia dar por analisada a prestação de contas do Seguro-Desemprego/91. O representante da Força Sindical solicitou cópia das partes mais importantes do processo de prestação contas para todos os integrantes, o que foi acatado de imediato pelo Secretário-Executivo, determinando que fosse expedida pela Secretaria Executiva síntese com os dados mais importantes. Foi dito pelo representante do MTb que os

recursos para o abono são provenientes, 92% do FAT, e 8% do PIS/PASEP. Pela representante do BNDES, foi indagado se há alguma divulgação sobre o abono (PIS/PASEP), o que deveria ser feito visto tratar-se do 14º salário. O representante do MTb respondeu que está tudo a mão da CEF e que o Ministério somente repassa o recurso, tendo a remuneração da CEF sido maior que o pagamento do abono. O Secretário-Executivo, incumbiu-se de contactar com a CEF e o Banco do Brasil, no sentido de intensificar a divulgação, através dos meios de comunicação, do pagamento do abono, tendo o mesmo informado a reinstalação do grupo técnico operacional do Seguro, integrado por representantes do MTb e da CEF, encontrando-se a DATAMEC como observadora. A representante do BNDES, alegou que a Lei nº 7.998/90, dá direito ao abono a quem estiver cadastrado há pelo menos cinco anos no PIS/PASEP ou no CNT. é necessário que sejam tomadas providências para se evitar uma avalanche de ações na Justiça, vez que o CNT ainda não foi implantado. Indagando, em seguida sobre como está o CNT e se já existem trabalhadores cadastrados. O representante do MPS respondeu que a DATAPREV está trabalhando numa base de dados já existente para poder implantar definitivamente o CNT. O Secretário-Executivo argumentou que a DATAPREV, sozinha, não dará conta, tendo proposto um consórcio entre o MPS e o MPS. Passando-se, em seguida, para o próximo item. – Critérios de liberação de recursos para os Estados com vistas à celebração de convênios no ano de 1993. Pelo Secretário-Executivo foi dito que a transferência de recursos tem sido feita sem critérios e que o estado que recebeu mais recurso foi o Ceará – 9 bilhões, tendo se usado como parâmetro o mercado de trabalho. O representante da Força Sindical, Willy Fischer, indagou se foi feita alguma projeção sobre os dados atuais, ao que o Secretário-Executivo informou que a base de cálculo vai ser o passado. A representante do BNDES, indagou se estes recursos são remunerados enquanto não utilizados nos Estados, tendo o Secretário-Executivo esclarecido que os mesmos não podem ser aplicados, sendo utilizados somente naquelas despesas, prevista no Plano de Trabalho, e que este ano, a transferência feita aos Estados foi muito pequena. Em seqüência, o Dr. Ricardo Lima fez uma breve explanação do que se pretende com o SIAT e sugeriu um monitoramento entre MTb/Trabalhadores/Empregadores para que seja exercida uma fiscalização da aplicação destes recursos. Falou, ainda, da minuta de projeto para implantação do SIAT e da possibilidade do FAT alocar recursos para a geração de Emprego/Formação Profissional. O representante da CUT, indagou quando será implantado o SIAT, tendo o Secretário-Executivo informado que será lentamente, gradativamente, dependendo de aprovação da Lei pelo Congresso e também do CODEFAT, tendo destacado que o primeiro passo seria a aprovação do projeto de Lei para que a formação profissional possa integrá-lo. Destacou ainda que o volume máximo de recursos a serem transferidos aos Estados deverá ser condicionado à implantação dos Conselhos Estaduais, manifestando a importância da definição de critérios para a liberação de recursos e prometendo um levantamento da situação atual do SINE. Passou-se então ao item nº 4 da pauta é a

formação dos subgrupos I (informatização das DRT) subgrupo II (estrutura da Secretaria Executiva). O Secretário-Executivo solicitou a indicação de representantes, para compor o subgrupo I, sendo indicados: o Sr. Luiz Antonio Martins, presidente da Fenadados, como representante da CUT; o Sr. Rui Alberto Pereira Rodrigues, como representante do MPS; o Sr. Jorge Higashino, como representante da CNF; os demais solicitaram prazo para indicar um técnico para integrar o subgrupo. Para o subgrupo II (estrutura) foram indicados os seguintes representantes: Willy Fischer – Força Sindical, como titular e como suplente Francisco Banco; pelo BNDES Pedro Jorge Carloni; pelo MTb Ricardo Lima; os demais integrantes pediram prazo para indicar representantes (CUT, MPS, CGT). Levantou-se a questão do custeio do comparecimento dos integrantes do Grupo de Apoio, ficando a Secretaria Executiva encarregada de preparar comunicado às bancadas sobre o assunto por estar aguardando parecer conclusivo da Ciset e CJ/MTb. Passou-se assim, para análise das propostas apresentadas pela DATAMEC e com relação ao pescador artesanal, a nova rotina de retorno do cheque de pagamento ao Seguro-Desemprego, que foram aprovadas. Em seguida foi apreciado o item, relacionado com a competência e atribuição das DRT, tendo o representante do MTb. Rodolfo Torelly, explicado a função das DRT, que além da fiscalização, emitem carteiras, e atendem ao Seguro-Desemprego. O representante da CUT, Ivan Gonçalves questionou a posição das DRT já que estamos discutindo o SINE e o SIAT. O representante do MTb esclareceu que vê a DRT integrada ao SIAT e caminhando para uma era de efetiva democratização de suas atividades. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião e, para constar eu, Ricardo Lima, coordenador, determinei que se lavrasse a presente, que será assinada por mim e pelos membros presentes do Grupo de Apoio ao CODEFAT.

RICARDO ROBERTO DE ARAÚJO LIMA _____

JOANETE DINA DE O. DE MELO/BNDES _____

IVAN GONÇALVES GUIMARÃES/CUT _____

WILLY FISCHER/FORÇA SINDICAL _____

ALEXANDRE MURADO NASCIMENTO/MPS _____

RODOLFO PERES TORELLY/MTb _____

SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL/CNC _____

PATRÍCIA REBELLO MASSA/CGT _____